



Eleitor cobra mais proteção à mulher

Segundo a última pesquisa **Correio**/Opinião Inteligência Política, 60,7% dos entrevistados acreditam que o poder público tem feito pouco para combater a violência de gênero. Candidatos apresentam propostas para o tema

» MILA FERREIRA
» LETÍCIA MOUHAMAD

A última pesquisa **Correio**/Opinião Inteligência Política levantou a impressão da população do Distrito Federal quanto ao enfrentamento à violência contra a mulher. Segundo o levantamento, 60,7% dos entrevistados acreditam que o poder público tem feito pouco para proteger as mulheres. Um total de 23,8% acha que o governo tem feito pouco e 12,4% acredita que o governo tem feito muito. Uma porcentagem de 0,3% da população ouvida na pesquisa optou por não responder enquanto 2,8% não souberam.

“Eu compreendo o resultado da pesquisa. O muito que a gente faz sempre será pouco diante da gravidade e importância do tema. Comecei a governar há cinco meses e, cada vez que uma mulher é vítima de violência, significa que o nosso trabalho ainda não foi suficiente. Não posso descansar e achar que estamos fazendo muito. Temos que fazer mais”, reagiu a governadora do DF, Celina Leão (PP).

A chefe do Executivo destacou que a violência contra a mulher não é só uma responsabilidade do poder público. “A gente precisa evoluir como sociedade. Isso passa pela educação, pelas famílias, pela sociedade civil e por deixar de normalizar comportamentos e agressões contra as mulheres”, ressaltou.

As propostas

Celina Leão destacou que o feminicídio é um crime prioritário a ser combatido, por meio de algumas ações. “Infelizmente, o feminicídio não é uma realidade isolada do Distrito Federal. É uma tragédia nacional e precisa ser enfrentada por todos. Por isso, nosso plano é ampliar o Viva Flor, fortalecer a rede de atendimento e programas como Provid e Pró-Vítima e, principalmente, investir em prevenção e educação. Precisamos agir antes que a violência aconteça, acompanhar as mulheres em situação de risco e proteger também suas famílias”, ressaltou.

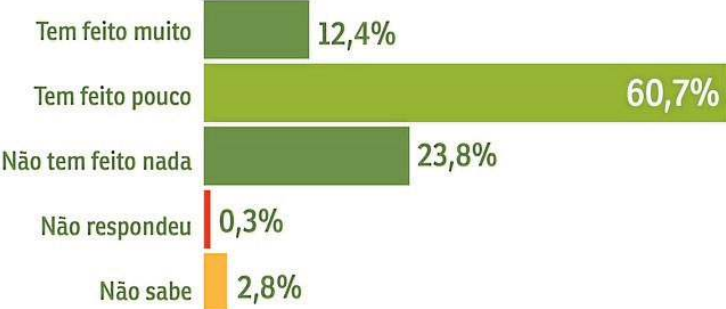
Candidato do PSD, José Roberto Arruda disse que, se eleito, vai facilitar o acesso ao crédito por parte de mulheres vítimas de violência, para que possam conseguir autonomia financeira. “Vou implantar três novas Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (Deam), funcionando 24h, em Planaltina, Samambaia e Santa Maria. Vamos instituir a Patrulha Maria da Penha Inteligente, com monitoramento e alertas georreferenciados, em tempo real, com acionamento imediato da vítima e o envio automático da viatura mais próxima, em situações de descumprimento de medidas judiciais”, adiantou.

Leandro Grass (PT) informou que, se eleito, nos primeiros 100 dias de governo vai lançar o Pacto Contra o Feminicídio. “Vamos juntar governo, Judiciário o Ministério Público, a Defensoria e a Polícia para encontrarmos as melhores soluções para garantir a segurança das mulheres e a execução das medidas protetivas. Assim que a mulher fizer uma denúncia, o caso tem que ser classificado pelo risco, a medida protetiva é fiscalizada de perto, e o agressor pode até usar tornozeleira eletrônica, com alerta direto para polícia. Na minha gestão, vamos ter Deam funcionando 24 horas em mais lugares”, detalhou.

Candidata ao GDF pelo PSDB, Paula Belmonte afirmou que entre as prioridades de seu governo está o enfrentamento à violência contra mulheres e meninas. Ela anunciou que quer avançar na prevenção e no combate. “Vamos fortalecer a rede de proteção, melhorar a integração entre segurança pública, saúde e assistência social, ampliar as ações de prevenção e garantir

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Pensando na violência contra a mulher no Distrito Federal, o(a) sr(a) diria que o poder público tem feito muito, tem feito pouco ou não tem feito nada para proteger as mulheres?



O levantamento

» A pesquisa **Correio**/Opinião Inteligência Política ouviu 1.121 pessoas com 16 anos ou mais em 31 diferentes regiões administrativas. O levantamento foi feito pessoalmente entre os dias 20 e 31 de agosto de 2026, com margem de erro de três pontos percentuais para mais ou para menos e confiança de 95%. A pesquisa está registrada no Tribunal Superior Eleitoral sob o número DF-04936/2026.

fortalecendo as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Deam) e ampliando as casas de apoio às mulheres no Distrito Federal”, especificou.

Análises

A percepção de que as ações do Estado são insuficientes para conter a violência de gênero reflete a dimensão estrutural do problema no DF. Ana Izabel Gonçalves de Alencar, advogada especialista em segurança pública e violência doméstica e familiar, explicou que a sensação de desproteção decorre da complexidade das agressões, que se manifestam de formas emocionais, patrimoniais e físicas nem sempre contempladas por soluções pontuais. “É um problema estrutural. O poder público tem se esforçado para sanar esse quadro, mas a violência se inova todos os dias, exigindo respostas estatais cada vez mais abrangentes e contínuas”, analisou.

Para alterar a avaliação da população sobre a atuação governamental, a especialista apontou que o Estado precisa fortalecer a estrutura de acolhimento e capacitar a linha de frente do atendimento público. “É fundamental construir mais casas-abrigo e promover uma reciclagem constante na orientação aos agentes públicos, sendo essencial ampliar a presença de policiais mulheres e garantir que o programa Viva Flor e o acionamento do botão de pânico sejam expandidos para todas as delegacias”, destacou Ana Izabel.

Além do aprimoramento institucional, a advogada defendeu que o governo deve subsidiar e fornecer diretamente mecanismos práticos de proteção e defesa às mulheres de baixa renda. “O Estado precisa munir as mulheres de instrumentos de proteção, oferecendo inclusive cursos públicos de defesa pessoal e a distribuição gratuita de itens de segurança preventiva, como o spray de pimenta. Essa atuação direta e o fortalecimento das redes de apoio são os caminhos para consolidar a presença do poder público”, avaliou a especialista.

Mestra em ciência política pela Universidade de Brasília (UnB), Evelyn Apolinária, avaliou que a percepção de insuficiência do Poder Público no combate à violência de gênero — indicada por 84,5% dos entrevistados que consideram as ações estatais poucas (60,7%) ou nulas (23,8%) — não aponta falta de legislação, mas gargalos na efetividade da proteção. “Existe uma legislação sólida e serviços especializados, mas os dados refletem um descolamento entre a norma e a realidade vivida pelas mulheres. Essa sensação de desamparo é alimentada pela implementação desigual da rede de assistência entre as regiões administrativas, onde serviços essenciais funcionam com agilidades e estruturas distintas”, analisou.

Para conter o avanço da violência doméstica, a cientista defendeu ações imediatas focadas no fortalecimento da fiscalização e da infraestrutura de apoio, como interiorizar as delegacias especializadas e os núcleos de atendimento, no curto e médio prazo, descentralizando a estrutura do Plano Piloto para regiões mais afastadas. “É fundamental fiscalizar o cumprimento das medidas protetivas, integrar os bancos de dados da segurança, saúde e assistência social, além de ampliar o acolhimento emergencial e a autonomia financeira para mulheres em situação de vulnerabilidade”, detalhou Evelyn.

A longo prazo, contudo, a especialista enfatiza que a transformação desse cenário exige continuidade nas políticas públicas e um compromisso educacional de base. “As políticas de enfrentamento precisam deixar de ser programas transitórios de governo para se consolidarem como políticas de Estado permanentes, respaldadas por dados e estudos científicos que guiem as decisões dos gestores. A raiz do problema está na base da sociedade”, avaliou a pesquisadora da UnB.



um atendimento mais rápido e acolhedor às vítimas. Também queremos avançar no uso de tecnologia e inteligência para identificar situações de risco e proteger mulheres ameaçadas”, elencou.

Kiko Caputo (Novo) disse que o seu plano de governo prevê o fortalecimento da rede de proteção. “Vamos conectar assistência social, saúde, forças de segurança e sistema de Justiça. A proposta inclui a

articulação entre Casa da Mulher Brasileira, Centros Especializados de Atendimento à Mulher (Ceams), delegacias, Defensoria Pública, Ministério Público e Judiciário. O atendimento deverá evitar que a vítima tenha de repetir o relato em diferentes órgãos, além de ampliar o acompanhamento dos casos considerados de maior risco. Vamos criar a Estratégia Distrital de Prevenção ao Feminicídio”, relatou.

Ricardo Cappelli (PSB) destacou que vai trabalhar para fortalecer a rede de proteção às mulheres. “A cada 15 dias, uma mulher é vítima de feminicídio no Distrito Federal. Elas pedem socorro, mas não são ouvidas. Apenas no ano passado, 29 mulheres foram assassinadas no Distrito Federal. Nós precisamos mudar essa situação, trabalhando com inteligência, fortalecendo o núcleo de inteligência e prevenção da Polícia Civil,